

CENTRO UNIVERSITÁRIO – UNIFAAT

MAYARA DA SILVA PINTO

**CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS:
A PRIVAÇÃO MATERNA E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

Atibaia

2019

MAYARA DA SILVA PINTO

**CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS:
A PRIVAÇÃO MATERNA E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário UNIFAAT, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Psicologia, sob a orientação Prof^a Dr^a Maria Cristina Zago.

Atibaia

2019

Pinto, Mayara da Silva

P729c Crianças institucionalizadas: a privação materna e a constituição do sujeito. / Mayara da Silva Pinto, – 2019.

32 f.; 30 cm.

Orientação: Maria Cristina Zago

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro Universitário UNIFAAT, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia da Faculdades Atibaia, 2019.

1. Psicanálise 2. Infância 3. Privação materna 4. Institucionalização I. Pinto, Mayara da Silva II. Zago, Maria Cristina III. Título

CDD 150.195

CURSO DE PSICOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

MAYARA DA SILVA PINTO

**CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS:
A PRIVAÇÃO MATERNA E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

Trabalho apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAAT para apreciação da Profª Drª Maria Cristina Zago, que após sua análise considerou o trabalho Excelente com conceito 10.

Atibaia, SP, 26 de novembro de 2019.



PROFª DRª MARIA CRISTINA ZAGO

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a minha mãe suficientemente boa Claudete, que forneceu apoio e sustentação, permitindo-me ser. Ao meu pai Hamilton (in memorian), com muito amor e saudades. As amigas que a Psicologia me presenteou Camila e Caroline, pelo companheirismo e suporte incondicional durante a graduação, vocês transformaram-se nos pilares para a realização deste sonho. E ao meu namorado Vitor, pela paciência e incentivo constantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a coordenação do curso de Psicologia, a todos os doutores e mestres que contribuíram e se empenharam para minha formação, em especial a orientadora deste trabalho Prof^a Dr^a Maria Cristina Zago, por todo comprometimento e dedicação, viabilizando a conclusão do meu primeiro projeto científico. À minha família e amigos, por sempre acreditarem em meu potencial, deixo registrado eterna gratidão.

EPÍGRAFE

“O mundo no qual nós penetramos pelo nascimento é brutal, cruel e, ao mesmo tempo, de uma beleza divina.”

Carl Gustav Jung

RESUMO

A privação materna na primeira infância pode ocasionar efeitos deletérios à constituição de si mesmo. Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo, investigar as repercussões no desenvolvimento emocional de crianças abrigadas. Trata-se de um estudo teórico qualitativo de base psicanalítica. A fim de embasar esta pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico, tendo como principais autores Donald Woods Winnicott, John Bowlby, René Árpád Spitz e demais teóricos contemporâneos. Inicialmente, apresenta-se uma retrospectiva histórica da institucionalização de crianças no Brasil, até o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como um marco fundamental. Em seguida, traz-se uma síntese do desenvolvimento emocional, segundo a perspectiva da teoria winnicottiana. Por fim, aborda-se as consequências da privação afetiva no comportamento infantil e as repercussões decorrentes na constituição do “eu” em indivíduos institucionalizados, com base nas teorias de Bowlby e Spitz. Considera-se que os cuidadores desempenham papel central nos abrigos, vez que são responsáveis por promover orientação e proteção, transformando-se em modelos identificatórios. Assim sendo, entende-se que boas experiências irão depender dos vínculos afetivos estabelecidos e do apoio social que a instituição ofertar. Nesse sentido, destaca-se a possibilidade da Instituição se configurar como um espaço adequado ao desenvolvimento emocional de menores em risco.

Palavras-chave: Psicanálise. Infância. Privação Materna. Institucionalização.

ABSTRACT

Maternal deprivation in early childhood can have deleterious effects on self-constitution. In this sense, the present study aims to investigate the repercussions on the emotional development of sheltered children. This is a qualitative theoretical study with psychoanalytical base. In order to support this research, a bibliographic survey was carried out, having as main authors Donald Woods Winnicott, John Bowlby, René Árpád Spitz and other contemporary theorists. Initially, we present a historical retrospective of the institutionalization of children in Brazil, until the advent of the Child and Adolescent Statute (ECA), as a fundamental milestone. Then comes a synthesis of emotional development, from the perspective of the Winnicottian theory. Finally, we address the consequences of affective deprivation on child behavior and the repercussions on the constitution of the "self" in institutionalized individuals, based on the theories of Bowlby and Spitz. Caregivers are considered to play a central role in shelters, as they are responsible for providing guidance and protection, transforming them into identifying models. Thus, it is understood that good experiences will depend on the affective bonds established and the social support that the institution offers. In this sense, the possibility of the institution is configured as an adequate space for the emotional development of at-risk children.

Keywords: Psychoanalysis. Childhood. Maternal Deprivation. Institutionalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS: UMA BREVE RETROSPECTIVA.....	13
2 O PAPEL DO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE SI MESMO.....	18
3 ABRIGAR A INFÂNCIA: É POSSÍVEL?.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

A privação materna na primeira infância pode ocasionar consequências significativas, em relação a constituição do sujeito e o desenvolvimento de sua personalidade. Com base neste pressuposto, o presente estudo visa realizar um levantamento bibliográfico a cerca da seguinte temática: como ocorre o processo de constituição de si mesmo em menores inseridos em instituições de abrigamento.

Considera-se como cerne desta pesquisa, as inquietações despertadas em um estágio interventivo realizado junto a uma instituição que acolhe crianças em situações de vulnerabilidade extrema, localizada no interior de São Paulo. A partir deste, refletiu-se sobre a importância das primeiras relações do bebê, os cuidados suscitados por ele e como os abrigos podem contribuir de forma ativa e satisfatória no acolhimento dessas necessidades, tendo em vista seu caráter restritivo.

O tema abordado nesta pesquisa é de grande importância pessoal, considerando as experiências vivenciadas durante a graduação e as teorias apreendidas nas aulas de Psicologia, com ênfase nas disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento Humano II – na Psicanálise e Psicopatologia I e II. A partir destas, foi possível a apreensão de conhecimentos teóricos e práticos por intermédio de aulas expositivas, leituras e investigação, que geraram questionamentos e o interesse pela pesquisa, no que conceme a compreensão da dinâmica psicológica do ser humano. Ressaltando a possibilidade de construir hipóteses e/ou formular concepções a respeito das influências ambientais durante o processo de desenvolvimento, salientar condutas que favoreçam ou desfavoreçam a constituição do sujeito e sua saúde mental.

No âmbito social, esta pesquisa demonstra-se um importante meio de aprofundar conhecimentos sobre uma população desestimada e desamparada. Estima-se que existam atualmente no Brasil cerca de 47 mil crianças e adolescentes abrigados, segundo índices do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta maneira, faz-se imprescindível que a Psicologia enquanto ciência teça contribuições que clarifiquem os impactos da institucionalização e possibilidades de minimizá-los durante o desenvolvimento destes menores, fornecendo apoio social adequado.

Ademais o presente estudo tenciona ser significativo, em função de seu embasamento teórico fundamentado em trabalhos de renomados autores e também

pela possibilidade de verificá-los a partir da atualidade. Esta pesquisa pretende propiciar a ampliação do conhecimento por intermédio do paradigma psicanalítico de intervenção e/ou prevenção; auxiliar psicologicamente nas áreas da assistência social, profissionais cuidadores (as) entre outros, contribuindo para ampliação de saberes em diferentes âmbitos sociais.

Neste sentido este estudo tem por finalidade de modo geral, investigar como ocorre a constituição do sujeito em crianças privadas do vínculo materno. Trata-se de um estudo teórico qualitativo de base psicanalítica. Com propósito de buscar embasamento que sustente o objetivo desta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como principais autores Donald Woods Winnicott, John Bowlby, René Árpád Spitz e demais escritores contemporâneos que puderam contribuir para o desenvolvimento de uma compreensão.

Freud (1923 apud LOWENKRON, 2005) formulou o conceito de Psicanálise, considerando três princípios que se integram:

[...] é o nome de um procedimento para investigação de processos mentais que, de outra forma, são praticamente inacessíveis. Um método (baseado nessa investigação), para o tratamento de distúrbios neuróticos e uma série de concepções psicológicas adquiridas por esse meio, que se somam umas às outras para formarem progressivamente uma nova disciplina científica. (p.1)

Deste modo, compreende-se que a Psicanálise é focada nos eventos presentes em seu campo de estudo, procurando resoluções imediatas para aquilo que observa, averigua novos questionamentos com auxílio da experiência e encontra-se sempre incompleta e pronta a corrigir ou modificar suas teorias. A experiência transferencial psicanalítica constitui-se como base de pesquisa, fomentando os eixos fundamentais para norteamento da construção do saber. (LOWENKRON, 2005)

De acordo com Coelho e Santos (2012), os pilares do procedimento psicanalítico se constituem através da fala (associação livre) e da escuta flutuante regulada pelo impacto ocasionado na relação transferencial, todavia, salienta-se que a rigorosidade da pesquisa implica no deslocamento do lugar do saber, ou seja, na relação entre aquilo que se produz com o saber teórico e a apropriação do sujeito sobre este saber que ocorre através da fala, sendo esta uma experiência do inconsciente. Segundo Rosa (2004 apud COELHO; SANTOS, 2012, p. 93):

[...] o método é a escuta e interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito, um saber que ele não sabe que tem e que se produz na relação que será chamada de transferência. [...] O método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa.

Coelho e Santos (2012), também postulam que a pesquisa em psicanálise é orientada pela leitura-escuta, refletindo as impressões transferências do investigador a cerca do texto, indicando uma implicação direta ao analisar os dados da pesquisa. este modo, "(...) o pesquisador é guiado pelo objeto, utilizando-se da sua associação livre, demonstrando assim o papel ativo que exerce no processo de construção do estudo" (p. 95)

A pesquisa teórica em psicanálise conforme postulado por Tavares e Hashimoto (2013 apud PENA; PEREIRA, 2016), demanda que o pesquisador possua objetividade a cerca do conhecimento e entedimento das profundas delimitações conceituais a que estão sujeitas as teorias, todavia, também necessita de atenção as determinações existentes na subjetividade do objeto de pesquisa, ou seja, "nessa perspectiva o caráter subjetivo se torna a condição de possibilidade para o avanço teórico a ser alcançado e depende da atividade criativa do pesquisador, que seja, um exercício de sensibilidade" (p. 587):

A aproximação da pesquisa psicanalítica do universo da fantasia favorece a compreensão do esforço de objetividade, presente na observação, como parte da pesquisa e que, a partir daí, a prática científica está atrelada à cultura e ao sujeito, pesquisador psicanalítico, com sua complementaridade subjetiva. A criatividade no processo da pesquisa psicanalítica leva o pesquisador a reconhecer-se a admitir-se um autor mediante a feitura de um ensaio metapsicológico.

Ressalta-se que o pesquisador está diretamente implicado na realização de seu trabalho, tecendo-o a partir de sua singularidade. De acordo com Coelho e Santos (2012), justamente por lidar com o inconsciente, a pesquisa psicanalítica jamais poderá exigir uma completa sistematização, pois como na experiência analítica, prioriza o estilo e o traço singular do analista.

Detalhadamente, a presente pesquisa segue a seguinte divisão metodológica: inicialmente realizou-se o levantamento e catalogação de artigos e livros, por intermédio de buscas em base de dados com conteúdo científico, que contribuíram para compor a pesquisa, tais como: PePSIC- Periódicos Eletrônicos em Psicologia, SciELO, Portal de Revistas da USP, Index Psi Trabalhos de Conclusão de Cursos

(TCCs) entre outros. O critério de pesquisa se embasou nas publicações do período de 10 anos (2009-2019) e demais trabalhos e livros anteriores que possuam considerável grau de relevância, utilizando-se de palavras-chave relacionadas ao tema, tais como, *psicanálise, abrigo, desenvolvimento, criança*. Com base nos materiais encontrados, realizou-se a tarefa de construir fichamentos, se atentando aos conteúdos dos textos e como um meio de facilitar a elaboração dos capítulos de modo coerente, a fim de viabilizar a construção do trabalho de conclusão de curso.

1 CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS: UMA BREVE RETROSPECTIVA

Pesquisas históricas apontam que o distanciamento entre crianças e suas famílias, originou-se desde os primórdios do Brasil. Quando os portugueses aqui chegaram formularam um plano de colonização e, dentre seus objetivos, vislumbraram investir na educação e catequização das crianças indígenas, considerando que esta população se demonstrava menos resistente à cultura europeia (BAPTISTA, 2006). Desde este período crianças foram deliberadamente afastadas de suas tribos, para se transformarem em pregadores cristãos e interpretes dos jesuítas.

De acordo com Baptista (2006), durante os séculos XVI e XVII, os jesuítas fundaram colégios, denominados “*Casas de Muchachos*”, “(...) nas principais vilas e cidades da época: Salvador, Porto Seguro, Vitória, São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Olinda, Recife, São Luis do Maranhão e Belém do Pará” (MARCÍLIO, 1998 apud BAPTISTA, 2006, p.26). A ocupação desses locais não era exclusividade dos meninos indígenas, isto é, também se recebiam órfãos e enjeitados, vindos de Portugal.

[...] a prática de abandono dos filhos foi introduzida na América pelos europeus, no período da colonização. A situação de miséria, exploração e marginalização, aliada as dificuldades de apropriação do modelo europeu de família monogâmica e indissolúvel, levou os moradores da terra “a seguirem o exemplo dos descendentes de espanhóis ou de portugueses, de abandonar seus filhos”. Nos séculos XVI e XVII, já podiam ser encontradas crianças brancas e mestiças perambulando, esmolando, vivendo entocadas nos matos ao redor das vilas. A infra-estrutura destinada aos cuidados dessas crianças não refletia nenhuma preocupação com elas.

Conforme apontado por Baptista (2006), durante o período colonial do Brasil, as crianças abandonadas eram tratadas com base nas referências e normatizações de Portugal, que delegavam para as Câmaras Municipais a responsabilidade de encontrar meios para subsidiar a criação das crianças sem famílias, devendo estas destinar um sexto de seus recursos para este fim. Todavia, constantemente estes cuidados eram negligenciados e transferidos a outras instituições, principalmente às Santas Casas de Misericórdia.

Somente no século XVIII foram fundadas as primeiras instituições de proteção à criança abandonada, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, cujo objetivo era proteger a honra privada e camuflar a ilegitimidade, dando-lhes

conotações assistencialistas e religiosas. As internações de crianças passaram a ser realizadas na “Roda”, um cilindro giratório instalado nas paredes das Santas Casas, que permitia que o infante fosse abandonado do lado externo, sem que houvesse a identificação interna do sujeito da ação, posteriormente a criança era recolhida pela Instituição. A partir deste evento fundou-se a “*Casa dos Expostos*”, que se constituiu, por mais de um século, como as únicas instituições de assistência direcionadas as crianças abandonadas no Brasil (BERGER; GRACINO, 2005). O identitário desta população apontava serem pertencentes predominantemente às raças brancas e pardas, filhos de brancos ou miscigenados. Ressalta-se que nesta época não era habitual que crianças africanas ou descendentes de africanos ficassem expostas, tendo em vista que possuíam um valor de mercado e eram propriedade daqueles que as haviam adquirido (BAPTISTA, 2006).

Após a proclamação da independência, em 1822, novos eventos políticos e econômicos direcionaram o olhar da sociedade para as questões relativas à pobreza e as crianças carentes, passando a considerar estas situações como onerosas para o Estado. Deste modo, surgiram iniciativas de cunho público e privado, objetivando enfrentar esta circunstância, assumida como problemas sociais (BAPTISTA, 2006). Neste período a Igreja Católica implementou um modelo asilar, inaugurando a primeira “*Casa de Recolhimentos dos Expostos*”, na qual dividia os internos por classificação de gênero. De acordo com Rizzini (2004 apud BAPTISTA, 2006) estas instituições seguiam regimes que doutrinavam práticas religiosas e restringiam o contato com o mundo exterior, não lhes eram fornecidos aprendizados educacionais e profissionais.

Em meados do século XIX foram promovidas mudanças, vez que as Casas de Misericórdia gradativamente foram perdendo autonomia e o Estado passou a controlar financeiramente essas instituições. Tal fato possibilitou a construção e estruturação das primeiras propostas de políticas públicas direcionadas aos infantes abandonados.

Em 1923, o Decreto nº 16.272 regulamentou a assistência e a proteção de menores. Estabeleceu em seu artigo primeiro, que “o objeto e fim da lei é o menor, de qualquer sexo, abandonado ou delinquente, o qual será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção nela instituídas”. No artigo 62, afirma que: “subordinado ao Juizado de Menores, haverá um abrigo, destinado a receber provisoriamente os menores abandonados e delinquentes até que tenham destino definitivo”

(BAPTISTA, 2006, p. 28)

Em 1927, segundo Berger (2005), a legislação se consolidou no primeiro Código de Menores, o qual contemplava questões referentes à higiene da criança, a delinquência e estabelecia vigilância pública em relação à infância. Somente no fim do ano de 1970, surge um movimento revolucionário, que apontava novas perspectivas em relação à visão construída sobre as crianças e adolescentes, passando a os considerar sujeitos de sua história e esclarecendo os efeitos perversos e ineficazes da prática de isolamento em instituições.

No ano de 1988, com a elaboração de uma nova Constituição Federal, denominada “cidadã”, legitimou-se a proteção integral de crianças e adolescentes, além de introduzir as concepções de seguridade social e agrupar as políticas de assistência, previdência social e saúde (BERGER, 2005). Por intermédio destes princípios, formaram-se associações que articularam uma luta, construção e homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela lei federal nº 8.069 do ano de 1990. Após sua implementação fundou-se um sistema de justiça para infância e juventude, que contempla os Conselhos Municipais e Tutelares, as Curadorias da Infância e da Juventude e etc. Dentre as principais determinações postuladas pelo ECA, pode-se destacar:

[...] desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, valorização do papel da família, as ações locais e as parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção, trazendo mudanças no panorama do funcionamento das instituições de abrigo. Assim, estas devem estar configuradas em unidades pequenas, com poucos integrantes e manter as relações familiares e comunitárias (SANTOS, 2013, p. 4)

Deste modo, modificou-se a compreensão sobre os infantes e púberes, ponderando que estes devem ter o direito de conviver e serem protegidos por suas famílias de origem, sendo competência do Estado assegurar o amparo e assistência para aqueles que necessitarem. No decorrer da história, fatores econômicos e de vulnerabilidade social poderiam ocasionar o abrigamento de menores, entretanto, com a implementação do ECA passou a se considerar que a falta ou carência de recursos materiais, não constitui condição suficiente para perda do pátrio poder. O afastamento do contexto familiar é compreendido como medida excepcional, aplicado em situações específicas, nas quais hajam riscos iminentes a integridade física ou psíquica do menor (SANTOS, 2013).

Através do ECA, foram viabilizadas mudanças efetivas nas configurações das instituições de assistência como um todo. Os locais que anteriormente eram conhecidos como orfanatos, educandários ou colégios intemos, passaram a ser denominados “abrigos”, sendo sua principal função conceber-se como espaços de socialização e desenvolvimento. Além de caracterizarem-se como medidas provisórias e transitórias, cuja natureza refere-se a uma medida protetiva de caráter extraordinário. Ou seja, quando uma criança ou adolescente é acolhido por uma instituição de abrigo, garante-se a permanência da frequência escolar, bem como, espaços de lazer, cultura e esportes. Sempre que plausível deve-se realizar tentativas de reaproximação do acolhimento com sua família de origem ou família substituta, promovendo um elo de fortalecimento entre a criança ou adolescente e a comunidade (SANTOS, 2013).

A palavra abrigo é definida como: lugar que abriga; agasalho que protege do mau tempo; cobertura, teto; amparo, proteção, acolhida; casa de assistência social onde se recolhem pessoas que não têm onde morar. Estes termos traduzem a noção de auxílio, sustento, hospedagem, sem, entretanto, transparecer a ideia de ambiente permeado pela interação com vínculos afetivos, e, assim, transmitir a sensação de que apenas são atendidas as necessidades básicas de alimentação, higiene, sono e vestuário. (FERREIRA, 2004, p. 84 apud BARROS, 2009, p. 25)

Em suma, ressalta-se que a partir da implementação do ECA, a visão da infância transformou-se, destarte, a criança e o adolescente que anteriormente eram considerados adultos menores de idade, com deveres e potenciais a delinquência e criminalidade, passaram a ser compreendidos como sujeitos em desenvolvimento, que possuem direitos específicos e necessitam de proteção integral (LEMOS, 2001). E em relação à institucionalização, que precedentemente perdurava longos períodos, mais especificadamente até completar a maioridade, alterou sua lógica, passando a priorizar os vínculos familiares, o atendimento personalizado, a não separação de grupos de irmãos e a necessidade de inserção na comunidade local. Todavia, Nascimento, Lacaz e Filho (2010, p. 53), apontam as dificuldades de efetivação destas condições nos cotidianos dos abrigos, tendo em vista a disparidade existente “(...) entre os processos presentes numa ordem macropolítica e os que se apresentam numa perspectiva micro.”. Não há como negar a importância e relevância de um instrumento legal que garanta o direito humano, entretanto, este por si só não abarca as pluralidades presentes no dia a dia das práticas das instituições de abrigamento.

Fávero et al. (2008), a partir de pesquisas qualitativas e investigação, trás um panorama acerca das realidades enfrentadas por crianças e adolescentes abrigados na cidade de São Paulo/SP, bem como as características históricas pessoais, familiares e sociais. Objetivando compreender as origens das crianças e adolescentes institucionalizados, os autores acima referenciados apontam para a vulnerabilidade, falta de acesso aos direitos sociais, perversa apartação social e o descumprimento da legislação. As famílias entrevistadas nesta pesquisa apontam para o abrigamento de seus filhos como algo bom, tendo em vista a possibilidade de melhores condições de desenvolvimento, em relação ao que teriam acesso no ambiente familiar de origem. Em contrapartida, em sua quase totalidade, desejam o retorno dos filhos para a casa.

Segundo Fávero et al. (2008), embora, as relações familiares venham sofrendo transformações ao longo dos anos, o papel da mulher, na maioria dos casos, ainda ocupa a posição de principal responsável pelos cuidados dos filhos, sendo o homem um coadjuvante na tutela e proteção da família. Os autores apontam que o rompimento de laços familiares também esteve presente na vida dos pais, tal dado merece uma atenção especial, vez que demonstram um panorama de transgeracionalidade de condições precárias, impossibilitando que assumam no presente a posição de maternagem/paternagem de sua prole.

Partindo do princípio de que crianças e adolescentes contemplam um período peculiar do desenvolvimento e, tendo como referência a importância de atenção especial nos primeiros anos de vida, Brasil (2006 apud FÁVERO et al., 2008, p. 29) postulam que:

[...] a segurança e o afeto sentidos nos cuidados dispensados, inclusive pelo acesso social aos serviços, contribuirão para: a capacidade da criança de construir novos vínculos; o sentimento de segurança e confiança em si mesma, em relação ao outro e ao meio; o desenvolvimento da autonomia e auto-estima; a aquisição de controle de impulsos; a capacidade de tolerar frustrações e angústias, dentre outros aspectos.

Tal compreensão aponta para relevância dos cuidados familiares e, os possíveis prejuízos derivados da institucionalização, tendo em vista que o desenvolvimento “(...) é fruto de complexos e intrincados processos biológicos, psíquicos, afetivos, sociais, cognitivos e culturais” (LEONCIO, 2009, p. 24), exigindo do ambiente condições favoráveis ao desabrochar das potencialidades da criança. Estes aspectos serão aprofundados nos capítulos seguintes.

2 O PAPEL DO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE SI MESMO

Fundamentando-se nos postulados psicanalíticos, detém-se inicialmente a um renomado autor que investigou o processo de desenvolvimento humano e as bases da constituição emocional: Donald Woods Winnicott. Um médico pediatra, que desde muito cedo observou que a saúde e o sentir-se vivo, estão muito além do bom funcionamento dos órgãos e das funções, deste modo, a separação entre o físico e o psíquico pode se suceder no âmbito intelectual, mas não na efetiva constituição do sujeito. Enquanto estudando, Winnicott entrou em contato com os postulados psicanalíticos e os incluiu em sua formação, desenvolvendo uma psiquiatria infantil de orientação analítica (DIAS, 2017).

De acordo com Loparic (1999), Winnicott transformou os pressupostos essenciais da psicanálise tradicional, desenvolvendo um novo paradigma que se constituiu como a teoria do amadurecimento pessoal. Considera-se que na teoria freudiana o eixo fundamental do desenvolvimento está aliado ao Complexo de Édipo e seus derivados, em contrapartida, em sua experiência profissional Winnicott constatou a presença de distúrbios graves precoces, em bebês e crianças pertencentes a fases anteriores a situação édipica, iniciando deste modo, estudos que visavam abranger angústias que denominou como “impensáveis”, passando a considerar o adoecimento como uma possibilidade, desde os primeiros momentos de vida.

Na teoria winnicottiana, o crescimento humano é o problema teórico central, vez que não é reconhecido como um processo biológico, mas sim, como um vir a tornar-se si mesmo. Assim sendo, considera-se que não é o bebê como entidade física que amadurece, mas o “eu” (*self*) do bebê, referindo-se a aspectos psicológicos, que se refletem na constituição de uma identidade pessoal. Embora, Winnicott compreenda que há uma tendência inata a integração, esta não se efetiva automaticamente, ou seja, é imprescindível a presença de um ambiente facilitador, que forneça cuidados suficientemente bons (LOPARIC, 1999).

Santos (1999), postula que ao nascer, o bebê depende da disponibilidade de um adulto, genuinamente preocupado em proporcionar um ambiente capaz de atender as suas necessidades primárias e contribuir para uma adaptação ativa. Partindo deste pressuposto, compreende-se que a psique emerge a partir de uma

esfera relativamente controlada, que oportunize o vir-a-ser. Qualquer falha no atendimento das necessidades básicas, pode ser sentido como uma invasão ao processo de existir, ocasionando sensações de aniquilamento, ou seja, uma ameaça a vivência pessoal do self (SEI, 2004).

Reforçando esta ideia Dias (2017), aponta que durante as etapas mais primitivas da vida, nos estágios em que o bebê depende totalmente e parcialmente dos cuidados maternos é que se constroem as bases fundamentais da existência, ou seja, o suporte da personalidade e da saúde psíquica. Compreende-se como ambiente facilitador no início da vida a “*mãe suficientemente boa*”, ou seja, a mãe que é capaz de fornecer sustentação (*holding*), reconhecendo e atendendo as necessidades do bebê com sensibilidade e oferecendo o mundo externo em pequenas doses, este estado é denominado “*preocupação materna primária*”.

Conforme apontado por Sei (2004), para que o ambiente forneça os cuidados fundamentais ao início do desenvolvimento, faz-se imprescindível que tenha ocorrido a identificação da mãe com seu filho, permitindo que a referida adote comportamentos baseados na espontaneidade e pessoalidade, sendo seus cuidados e o controle da situação que promoveram a vida ao bebê. Ressalta-se também, a importância da mãe estar apoiada pelo ambiente social e as pessoas próximas, tendo em vista que, ela encontra-se em um estado de dedicação e atenção extrema ao bebê, implicando em certa dependência e vulnerabilidade. Segundo Dias, (2017, p. 81):

Numa apreensão global, o amadurecimento pode ser descrito como uma jornada (*journey*) que parte da *dependência absoluta*, passa por um período de dependência *relativa*, chega às etapas que estão no *rumo da independência*, até chegar à *independência relativa*, que é o estado em que o indivíduo saudável se mantém regularmente ao longo da vida. Note-se que os termos são relacionais, implicando sempre a existência de um outro ser humano. No início do processo, contudo, a “relação” tem um caráter *sui generis*, devido ao fato de o bebê não ser ainda uma unidade. A unidade é a dupla mãe-bebê, sendo que a mãe é sentida pelo lactante como parte dele, ou seja, como objeto subjetivo.

Quando ocorrem fracassos nas conquistas das etapas do amadurecimento, postuladas por Winnicott, distúrbios emocionais se estabelecem. A vitalidade do ser humano, na teoria winnicottiana, se caracteriza em ser e em continuar a ser, isto é, tornar-se unido, real e obter a identidade unitária – resultante da separação entre o eu e o não-eu, porém, tal patamar poderá jamais ser atingido, ocasionando dificuldades e problemas, vez que psicologicamente não se faz parte da vida, mas sim,

de uma constante luta para alcançar a vida (DIAS, 2017).

O que está, portanto, em pauta, no *amadurecimento pessoal*, não são funções isoladas, sejam elas biológicas, mentais ou sexuais, mas o próprio viver humano, naquilo que este tem de estritamente pessoal: o sentimento de ser, de ser real, de existir num mundo real com um si-mesmo (p. 78).

Deste modo, o desenvolvimento saudável de acordo com Santos (1999), relaciona-se ao estabelecimento de uma tendência reducionista dos estados esquizóides nos momentos iniciais da vida, esta condição é caracterizada predominantemente pela diminuição de atenção ao mundo exterior e concentração interior, sendo, portanto, primordial introduzir o bebê gradualmente na realidade externa.

Quando o ambiente fornece condições para um crescimento saudável, o desenvolvimento emocional percorre três processos principais. Segundo Sei (2004), a primeira etapa denomina-se *integração*, que se constitui ao longo do tempo e a partir de breves momentos de globalidade em relação ao espaço e ao tempo, tornando-se um estado contínuo. O negativo deste estado é caracterizado como desintegração, produzindo uma sensação de enlouquecimento, oposta sanidade proporcionada pela integração. A segunda etapa do processo maturativo é a *personalização*, na qual o ego passa a se delimitar a um ego corporal, limitando-se as barreiras da pele, a partir desta conquista se estabelece uma relação íntima entre a psique e o corpo, ocasionando a unidade e totalidade do funcionamento físico. Já na terceira e última etapa ocorre a *realização*, possibilitando o estabelecimento de relações objetivas e, conseqüentemente viabilizando-se vivências na realidade compartilhada.

No decorrer do processo de amadurecimento saudável, o indivíduo desenvolve o *self* verdadeiro, caracterizado pela criatividade e pelo sentimento de realidade, sendo o gesto espontâneo a representação deste em ação. Em situações opostas, nas quais o ambiente não apresenta-se de modo suficientemente bom, o indivíduo manifesta estratégias de defesa, que podem constituir um falso *self*, cuja função relaciona-se a adequação as exigências do meio externo, visando proteger o verdadeiro *self* de intrusões sentidas como aniquiladoras. De acordo com Winnicott, a repetição deste movimento gera a transformação em um padrão de relacionamento, no qual há uma adaptação a realidade externa e submissão ao meio, desrespeitando-se os movimentos naturais do ser e, promovendo-se um

sentimento de inutilidade, que desconsidera o fato de viver ou morrer (SEI, 2004).

Conforme apontado por Sei (2004), o falso *self* embasa diferentes organizações de personalidade, que geram comportamentos como consequência. Dentre eles, destaca-se a tendência anti-social, que se desenvolve como uma expressão relacionada a deprivação e a uma falha durante a fase de dependência relativa, vez que o indivíduo pôde experienciar um ambiente suficientemente bom na fase anterior, mas que se perdeu subsequentemente. Assim sendo, há esperança em reencontrar o que foi perdido. Contudo, caso o ambiente não compreenda a comunicação da criança por intermédio dos atos anti-sociais, estabelece-se o perigo de se progredir em direção à delinquência, negativamente o prognóstico e impossibilitando o tratamento.

Cabe frisar que na teoria winnicottiana “(...) o amadurecimento não é sinônimo de progresso: amadurecer inclui a possibilidade de regredir a cada vez que a vida exige descanso, em momentos de sobrecarga e tensão, ou para retomar pontos perdidos” (DIAS, 2017, p. 82). Nenhuma conquista no processo de desenvolvimento oferece garantia, isto é, uma vez alcançada pode ser perdida e alcançada novamente, sendo definido pela inconstância. Assim sendo, pode-se encontrar em uma pessoa de qualquer idade, diversificadas necessidades, desde às mais primitivas as mais tardias.

Tendo em vista as considerações acima colocadas, entende-se que a ausência da função materna pode ser um fator altamente prejudicial para a personalidade do sujeito em processo de constituição, ocasionando intenso sofrimento e adoecimento psíquico. Deste modo, no próximo capítulo objetiva-se aprofundar conhecimentos acerca das consequências da institucionalização de bebês e crianças, tecendo compreensões sobre as possibilidades para a constituição de uma identidade aliada a saúde mental.

3 ABRIGAR A INFÂNCIA: É POSSÍVEL?

Conforme abordado no primeiro capítulo deste trabalho, o abrigo de crianças é considerado uma medida protetiva, a ser aplicada em situações de risco. Em contrapartida, Leoncio (2009), afirma que estudos alertam sobre os prejuízos ocasionados ao desenvolvimento destes indivíduos, em decorrência da separação do ambiente familiar. A institucionalização como ação única, não demonstra-se eficaz para preservar os direitos e garantias dos infantes e púberes, vez que em geral, o núcleo familiar também está acometido pela doença e pela miséria, necessitando de apoio e assistência.

O abrigo é considerado uma medida excepcional e provisória. Antes de se recorrer a essa medida, esforços devem ser tentados para que a criança possa ser mantida em seu ambiente familiar e em sua comunidade. Assim os direitos humanos básicos, como o direito à convivência familiar e comunitária, podem ser preservados e o abandono pode ser prevenido (p. 21).

Objetivando-se ampliar as compreensões acerca da vinculação afetiva, recorreu-se à teoria de John Bowlby, um psicólogo, psiquiatra e psicanalista que se dedicou intensamente aos efeitos da privação materna sobre a saúde mental. Segundo sua compreensão, quando ocorrem situações de negligência ou maus-tratos da criança por seus familiares, há privação. Bowlby (1997 apud LEONCIO, 2009) reconhece como necessidade inata do ser humano a vinculação a uma figura de apego, considerando ser fundamental para o bom desenvolvimento que a criança estabeleça uma boa relação com a figura materna ou com uma figura substituta.

[...] vínculos fortes e persistentes são a regra em muitas espécies e os tipos de vínculos diferem de uma espécie para a outra, mas os mais comuns são entre os pais e os filhos, e entre adultos do sexo oposto. Nos mamíferos, o primeiro e o mais persistente de todos os vínculos é entre a mãe e o filho pequeno, um vínculo que perdura normalmente até a vida adulta (p.34).

Bowlby postula que as emoções mais intensas do ser humano surgem durante a formação, manutenção, rompimento e renovação dos vínculos afetivos. A capacidade de se vincular afetivamente tem valor de sobrevivência tão grande quando outras capacidades, tais como, ver, ouvir e falar. Falhas no desenvolvimento infantil podem ocasionar distúrbios na capacidade para construir vínculos afetivos, sendo reflexos destas dificuldades, muitos problemas de personalidade (LEONCIO, 2009).

Em seus estudos, o referido autor mencionou as surpreendentes e trágicas

mudanças comportamentais e sentimentais nos bebês separados de suas mães, descrevendo como reações típicas: a infelicidade, indiferença e paralisação; não reação a sorrisos ou a murmúrios. Durante observação de bebês entre seis e doze meses, Bowlby relatou a presença de uma depressão, semelhante às encontradas em adultos em hospitais psiquiátricos. As reações emocionais de crianças de dois ou três anos de idade, caracterizam-se pela rejeição aos cuidados substitutos; tornam-se inconsoláveis por um longo período. Outros comportamentos comuns referem-se a um desespero agitado, recusa de alimentos e apatia. Após algumas semanas ou meses a criança pode apresentar regressão aos comportamentos de bebê, com enurese, paralisação da fala e solicitação constante de colo (LEONCIO, 2009).

Reações dessa ordem ocorrem quando os bebês e/ou crianças tiveram um bom relacionamento nos meses iniciais da vida, mantendo uma relação íntima e satisfatória com suas mães, sendo subitamente separadas, sem receberem cuidados de uma substituta adequada. Nos casos em que já não havia um relacionamento adequado com a mãe, não verifica-se a presença de reações a separação, indicando que o desenvolvimento já estava prejudicado e que a futura capacidade de amar provavelmente estaria reduzida (BOWLBY, 2002 apud LEONCIO, 2009).

Os estudos mencionados por Bowlby (2002 apud LEONCIO, 2009) revelam que em qualquer idade poderá haver muito sofrimento da criança em decorrência à separação, sendo enfatizado “(...) que embora as perdas ocorridas antes dos cinco anos sejam, provavelmente, muito perigosas, as perdas que ocorrem mais tarde na vida são potencialmente perigosas.” (p.40).

O vínculo entre os pais e os filhos abrigados é muito complexo e o que notamos nestes anos de estudo é que apesar de haver problemas no relacionamento entre os pais e os filhos, no geral, os filhos procuram preservar aspectos positivos da relação e mantêm vínculos com seus pais. O sofrimento dos pais e dos filhos é muito intenso e a necessidade de intervenção é premente para mitigá-lo e para que recursos possam ser desenvolvidos para seu acolhimento (LEONCIO, 2009, p.41).

Outro renomado psicanalista que se dedicou a estudar a importância do afeto na relação mãe-filho foi René Árpád Spitz. Segundo sua compreensão, é a partir desta relação que nasce e se desenvolve a consciência do bebê. A ternura da mãe proporciona uma extensa gama de experiências vitais e, a atitude afetiva adotada

por ela determina a qualidade dessas experiências ao bebê (HECHT; SILVA, 2009).

Spitz realizou observações e descreveu os efeitos sobre as crianças submetidas a cuidados impessoais, expostas a condições de privação ou carência afetiva, e os denominou de síndrome do hospitalismo. Dentre diversos estudos sobre a institucionalização, observou “*A Casa da Criança Abandonada*”, neste local os bebês eram amamentados até o terceiro mês de vida por suas próprias mães, sendo que durante este período o desenvolvimento físico e emocional era compatível com o da população em geral. Após os três meses, os bebês eram separados e o cenário alterava-se drasticamente, vez que passavam a se alimentar por intermédio de mamadeiras fixadas nos berços, em que havia a privação do contato físico (FRANÇA, 2010).

Depois de separadas de suas mães, as crianças passavam por uma fase de retraimento, perda de peso, insônia e maior susceptibilidade a resfriados. O choro presente no início desse quadro era substituído pela rigidez da expressão facial, o rosto frio e imóvel e um olhar distante como se estivessem em estado de estupor e com acentuada dificuldade de contato. Com o decorrer dos meses, esse quadro agravava-se e as crianças apresentavam atraso motor evidente, tornando-se inteiramente passivas. Todas as crianças apresentaram declínio progressivo do desenvolvimento e ao fim do segundo ano, a média de seus quocientes ficava em torno de 45% do normal (p. 8-9).

Portanto, segundo Spitz, as relações objetais ocorrem a partir da interação constante entre mãe e filho. O resultado de sua ausência é fator determinante e prejudicial ao desenvolvimento, levando a distúrbios, tais como, atrasos físicos, motores, mentais e emocionais (LEONCIO, 2009).

Conforme apontado pelos estudiosos que pautam este trabalho, o abrigo pode acarretar muito sofrimento. Segundo Barus-Michel (2003 apud LEONCIO, 2009) os verbos que refletem esta sensação são: “(...) berrar, gemer, gritar, queixar-se, lamentar-se, expor seu sofrimento, ser esmagado e aniquilado (...)” (p. 42). Dessa forma, apontam repercussões nas dimensões afetivas e intelectuais, afetando o indivíduo em sua unidade, integralidade, coesão e coerência. A partir dessas colocações, entende-se que o sofrimento derivado da institucionalização pode provocar traumas. Há a aproximação da teoria winnicottiana, no que se refere às experiências traumáticas, na quebra da continuidade de ser, de invasão, que podem levar o indivíduo a uma vivência de angústia e agonia.

Em compensação, a teoria winnicottiana também afirma que o ser humano

tem uma capacidade para o desenvolvimento, independentemente da idade, sendo primordial, entretanto, um ambiente favorável, capaz de prover experiências emocionais adequadas, isto é, o acolhimento. A partir desta construção estabelece-se a integração, harmonização da psique com o corpo, vínculos afetivos de uma pessoa para a outra e o desenvolvimento da capacidade de relacionar-se com objetos (WINNICOTT, 1999 apud LEONCIO, 2009).

De acordo com Arola (2000 apud LEONCIO, 2009) faz-se relevante atentar-se aos objetivos do abrigo, pois caso este esteja centrado na questão concreta que levou o menor à institucionalização e/ou adaptação a este espaço e não o desenvolvimento do indivíduo, não se classificará como uma medida de proteção. Deste modo, ressalta-se que as compreensões acerca deste tema complexo e multifacetado, possuem diversas vertentes com posicionamentos distintos.

Segundo Pinto Junior (2005 apud LEONCIO, 2009) muitas vezes o abrigo representa mais segurança e proteção à criança do que o seu lar de origem, podendo inclusive se constituir como uma fonte de apoio social efetivo e organizado, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento infantil. Para que esta situação ocorra é imprescindível que haja qualidade nas relações estabelecidas, ou seja, o sofrimento psíquico e o adoecimento estão intrinsecamente relacionados às práticas cotidianas dos cuidadores no tratamento fornecido aos indivíduos institucionalizados.

Na literatura, existem inúmeras fontes que nos provam os efeitos negativos da privação afetiva na primeira infância, os quais são duradouros sobre a saúde mental e o desenvolvimento da personalidade. Entretanto, cabe-nos fazer uma objeção quanto a estes estudos, tendo em vista que provavelmente, houve um enfoque nos indivíduos que tiveram mau desenvolvimento, deixando de levar em consideração aqueles que passaram pelas mesmas experiências e obtiveram perspectivas diferentes (HECHT; SILVA, 2009).

Em seus estudos, Hecht e Silva (2009), apontam que apesar da importância na qualidade dos cuidados parentais no início da vida, há na criança a potencialidade de se apegar em novos relacionamentos, que lhe transmitam segurança. Diante disso, compreende-se que nunca deve-se desconsiderar "(...) o potencial criativo e incrível capacidade regenerativa das crianças na procura de vínculos alternativos que lhe forneçam experiências de acolhimento, intimidade e

relacionamento contínuo.” (ZORNIG; LEVY, 2006, p. 30 apud HECHT; SILVA, 2009, p. 5).

Em consonância a estes pensamentos Barros (2009), entende que a família não é a única fonte de referência estruturante, diante disso, os cuidados promovidos mesmo que distantes do núcleo familiar de origem, podem favorecer o desenvolvimento emocional. Sendo relevante considerar como o contexto substituto, neste caso, a instituição, que lidará com os cuidados indispensáveis à criança e representará um ambiente constante e seguro, em termos afetivos, no decorrer do abrigo. Assim sendo, nos casos em que se identificam as necessidades da criança e há o favorecimento de condições para afirmar seu potencial e seu processo de maturação, a instituição se configura como um espaço adequado.

A teoria desenvolvida por Bowlby recomenda cuidados substitutos como uma forma de amenizar os danos causados pela privação afetiva, sendo estes imprescindíveis para o desenvolvimento e a formação do psiquismo, vez que possibilitam a existência de uma relação afetiva. Hecht e Silva (2009), ressaltam que ainda são desconhecidas as causas que desencadeiam os possíveis prejuízos em algumas crianças e em outras não. Todavia, estudos demonstram que quanto mais longa a duração da ausência materna, maior será o impacto no desenvolvimento da criança, devendo ser considerado também, a idade e o grau de privação a que foi submetida.

Com base nas fundamentações abordadas neste trabalho, discute-se o papel desempenhado pelos abrigos como uma rede de apoio, com efeitos relativamente favoráveis. Admitindo que esta medida pode se caracterizar ou não como um risco para o desenvolvimento, devendo se levar em consideração sua estrutura, capacitação dos trabalhadores e a história pregressa dos internos.

Martin (1999 apud HECHT; SILVA 2009), defende que a instituição promove limites para a construção identitária, colocando o abrigado como sujeito ativo; se constituindo como uma alternativa viável no desenvolvimento integral da criança, vez que não é somente um local de moradia, mas também proporciona recursos para o enfrentamento de diversos tipos de situações de vida, adversas ou positivas. O apoio social e afetivo oferecido pelo abrigo pode gerar a capacidade de enfrentamento, promovendo resiliência, ou seja, a aptidão de superar dificuldades e de construir novos caminhos, após situações traumáticas ou estressoras.

Nessa perspectiva, a função de um abrigo infantil realmente preocupado em desenvolver emocional e socialmente as crianças que ali residem, deve oferecer a experiência de um lar primário, um ambiente com regras e limites, comprometido com o cuidar, que consiga minimamente compreender e considerar o processo do desenvolvimento infantil. Os abrigos podem e devem se tornar ambiente estáveis e continentais, de maneira que a criança confie e veja nele um lugar bom para poder viver (BARROS, 2009, p. 26).

Os cuidadores desempenham papel central neste contexto, como responsáveis por promover orientação e proteção, transformando-se em modelos identificatórios. Deste modo, entende-se que boas experiências irão depender dos vínculos afetivos estabelecidos e do apoio social que a instituição ofertar, “(...) servindo de mais um elo para a formação de suas identidades e para seu desenvolvimento e criando oportunidades para o enfrentamento da vida social e pessoal” (HECHT; SILVA, 2009, p. 8).

O viés do abrigo como uma possibilidade de vir a se constituir enquanto ambiente satisfatório ao desenvolvimento, necessita de reavaliações acerca da maneira de entender e administrar sua dinâmica, priorizando, as compreensões sobre as experiências das crianças, a fim de possibilitar a materialização das condições reais, onde a criança “(...) realiza o seu viver e desenvolve competências decisivas para a formação da personalidade e sociabilidade próprias.” (CAVALCANTE, 2008 apud BARROS, 2009, p. 26)

O ideal de abrigo abordado neste trabalho difere da realidade institucional encontrada no Brasil, embora o ECA promova diretrizes e princípios, Barros e Fiamenghi (2007), em seus estudos apontam falhas, principalmente no que concerne a formação e capacitação dos profissionais e, também ao desamparo que são submetidos, impactados em suas fragilidades peculiares. Deste modo, entende-se como fundamental a discussão e estudos constantes sobre o tema, a fim de estruturar estratégias, novas práticas calcadas em possibilidades concretas, para assim, promover melhorias nas condições prestadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que a privação afetiva, na primeira infância, pode trazer consequências deletérias à constituição do sujeito, ao desenvolvimento de sua personalidade. Neste sentido, o presente estudo teve por finalidade investigar as repercussões na constituição de si mesmo, em crianças inseridas em instituições de abrigo. Postula-se que ao nascer, o bebê depende da disponibilidade de um adulto, genuinamente preocupado em proporcionar um ambiente capaz de atender as suas necessidades primárias e contribuir para uma adaptação ativa. Deste modo, compreende-se que a psique emerge a partir de um ambiente relativamente previsível, que oportunize o vir-a-ser.

Faz-se importante comentar que o distanciamento entre crianças e suas famílias, originou-se desde os primórdios do Brasil, quando os portugueses desmembraram tribos, com intuito de transformar as crianças em pregadores cristãos, visando expandir a colonização. Com base nestes preceitos, compreende-se que crianças abrigadas são vítimas de uma violência estrutural e do descumprimento da legislação, marcadas pela vulnerabilidade, falta de acesso aos direitos sociais, e pela perversa apartação social. Ressalta-se que, em geral, o rompimento de laços familiares é um fenômeno que também esteve presente na vida dos pais. Tal dado, ressalta um panorama de transgeracionalidade de condições precárias, impossibilitando que assumam no presente a posição de maternagem/paternagem de sua prole. A partir destes apontamentos, afirma-se que seja necessário pensar em medidas que possam melhorar as condições da família como um todo, cabendo ao Estado fornecer meios de intervenção que objetivem a proteção aos direitos básicos.

O processo de abrigo pode se traduzir em sofrimento, ou seja, em repercussões que atingem dimensões afetivas e intelectuais, o indivíduo em sua unidade, integralidade, coesão e coerência. Em contrapartida, há que se considerar também a tendência inata para o desenvolvimento, em qualquer idade, sendo primordial, entretanto, um ambiente favorável, capaz de prover experiências emocionais adequadas, isto é, o acolhimento.

Salienta-se que a família não é a única fonte de referência estruturante, diante

disso, os cuidados promovidos mesmo que distantes do núcleo familiar de origem podem favorecer o desenvolvimento emocional. Desta maneira, deve-se considerar como o ambiente “substituto” lidar com os cuidados imprescindíveis e, se será percebido pela criança como consistente e seguro, em termos afetivos. Deste modo, quando o cuidador se oferece para exercer a maternagem, deve estar atento às necessidades da criança, favorecendo condições para afirmar seu potencial e seu processo de maturação. Nesse sentido, destaca-se a possibilidade da Instituição se configurar como um espaço adequado, suficientemente bom.

Ademais, ressalta-se que os cuidadores desempenham papel central nos abrigos, vez que são responsáveis por promover orientação e proteção, transformando-se em modelos identificatórios. Assim sendo, entende-se que boas experiências irão depender dos vínculos afetivos estabelecidos e do apoio social que a instituição ofertar. Diante disso, cabe destacar a importância de se disponibilizar cursos de capacitação para aqueles que cuidam (trabalhadores do abrigo). Deve-se repensar e investir no universo institucional, objetivando superar os estigmas que envolvem as realidades dos abrigos, vistos como lugares de fracasso.

A intervenção da Psicologia nestes contextos pode auxiliar e contribuir no enfrentamento das dificuldades e conflitos e até mesmo dos preconceitos. A partir da relação que se estabelece com o outro, torna-se possível acessar e compreender seu sofrimento, procurando amenizá-lo. Nesse sentido, é fundamental que a sociedade ofereça apoio, empatia e solidariedade. A conduta ética da Psicanálise, pautada na singularidade, repudia toda forma de exclusão, concreta ou simbólica. A criança e o adolescente também se constituem como sujeitos únicos e íntegros, dotados de personalidade e vontades próprias devendo, portanto, participarem das situações que lhes dizem respeito, segundo suas capacidades e grau de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Myrian Veras et al. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. In: ___. **Um olhar para a história**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. Cap. 2, p. 25-36.

BARROS, Ana Cláudia Borba Gonçalves. **“João e Maria”:** uma observação psicanalítica sobre a experiência de crianças em situação de abrigamento. 2009. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Pará..

BARROS, Raquel de Camargo; FIAMENGHI JR, Geraldo Antonio Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1267-1276, 2007.

BERGER, Maria Virgínia Bernardi; GRACINO, E. R. Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. **Rev Histedbr On-line**, v. 18, n. 1, p. 170-185, 2005.

COELHO, Daniel Menezes; SANTOS, Marcus Vinicius Oliveira. Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. **Analytica: Revista de Psicanálise**, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2012.

DIAS, Elsa Oliveira. **A Teoria do Amadurecimento de D. W. Winnicott**. DWW Editorial, 4º Ed. São Paulo, 2017.

FÁVERO, Eunice Teresinha et al. Famílias de crianças e adolescentes abrigados em São Paulo: uma aproximação a quem são, como vivem, o que pensam e o que desejam. In: ___. **As famílias: caracterização dos sujeitos, estrutura e organização familiar , acesso a direitos sociais**. São Paulo: Paulus, 2008. Cap. 1, p. 25-111.

FRANÇA, Dirce Barroso. Do abrigo ao acolhimento: importância do vínculo nos

cuidados institucionais. **Reconstruindo Vínculos**, 2010.

HECHT, Bruna; SILVA, Renata Fabrício Pereira. Crianças institucionalizadas: A construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. **Faculdade de Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, 2009.

LEMOS, Cleide de Oliveira. **Mudanças geradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente onze anos depois de sua aprovação**, 2001.

LEONCIO, Wadad Ali Hamad. **Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LOPARIC, Zeljko. A teoria winnicottiana do amadurecimento pessoal. **Infanto-Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**. V. 7, n. supl 1. São Paulo, 1999. P. 8-41.

LOWENKRON, Theodor S. A investigação psicanalítica está ameaçada de extinção?. **XX Congresso Brasileiro de Psicanálise**. Brasília, 2005.

NASCIMENTO, Maria Lívia; LACAZ, Alessandra Speranza; RODRIGUES, José. Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. **Barbarói**, 2010. p. 50-64.

PENA, Eneida Pereira Torres; PEREIRA, Mariana dos Reis. Pesquisando com o método psicanalítico. **VIII Congresso Internacional de Investigación y Práctica Profesional em Psicología**. Buenos Aires, 2016.

SANTOS, Ana Maria Augusta. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: Mudanças na história brasileira. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Manoel Antônio. A constituição do mundo psíquico na concepção winnicottiana: uma contribuição clínica das psicoses. **Psicologia: Reflexão e**

Crítica, vol. 12, n. 3. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

SEI, Máira Bonafé. **Desenvolvimento emocional e os maus-tratos infantis: uma perspectiva winnicottiana**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.